ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2021

Ata nº 60/2021
Processo nº. 00003068/2021
Pregão nº. 55/2021

Pelo presente instrumento, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.671.513/0001-24, com sede na Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-520, representada legalmente pelo seu Defensor Público-Geral Dr. Gilmar Alves Batista, brasileiro, com endereço profissional na Praça Manoel Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-520, considerando o julgamento da licitação **PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TUBULAÇÃO E MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO,** na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** registrado sob nº 55/2021, publicada no DIOES do dia 25 de novembro de 2021, bem como, a classificação das propostas publicada no DIOES de 25 de Novembro de 2021, e a respectiva homologação exarada na fl. 268 do processo 00003068, RESOLVE registrar os preços da empresa **MADE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA,** pessoa jurídica de natureza privada, inscrita no CNPJ sob nº 07.9000.357/0001-75, com endereço à Av. Marechal Campos, nº 329, Loja 01, Bairro de Lourdes, Vitória, ES, neste ato representado por Yuri José Caldeira Teixeira, brasileiro, casado, empresário, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R, publicado em 5 de fevereiro de 2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790/-R/2007, de 24 de janeiro de 2007, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual **contratação de empresa para aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado, tubulação e materiais para instalação.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo I desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto na cláusula terceira deste instrumento.

2.3. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
c) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
b) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3. Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supere o prazo de um ano.

3.5.3. Não será concedida a revisão quando:

a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.5.4. Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Assessoria Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1. Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

a) não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

4.1.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2. O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3. Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5. A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A Contratante pagará à Contratada pelos materiais adquiridos até o 10° (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal, vedada antecipação.

5.2. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.
V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.
ND = Número de dias em atraso.

5.3. O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5. A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores.

5.6. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

5.7. A eventual inadimplência de um dos órgãos participantes desta Ata não produzirá efeitos quanto aos demais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

6.1. O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados do dia de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2. O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos materiais pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados na Ordem de Fornecimento, e sem prejuízo para o prazo mínimo de validade dos produtos adquiridos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas inerentes a esta Ata, correrão à conta da respectiva dotação orçamentária desta Defensoria Pública e serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1. A emissão da ordem de fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93.

8.2. Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os materiais ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

9.1. O prazo de entrega dos itens é de 20 (vinte) dias corridos, a contar do envio da Autorização de Fornecimento, com o endereço para a entrega fornecido pela Contratante.

9.2. As entregas dos itens serão observadas pelo responsável da fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência do processo nº 00003068, e na Autorização de Fornecimento.

9.3. O recebimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência do processo nº 00003068, e na autorização, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo das recargas não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6. No ato da entrega, o fornecedor deverá apresentar a Nota Fiscal, discriminando todos os itens fornecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1. Compete à Contratante:

a) Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à aquisição do bem, promovendo o pagamento à CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal.
b) Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto licitado;
c) Acompanhar o recebimento, de acordo com a Autorização de Fornecimento, verificando para tanto, se estes, se enquadram nos termos avençados no contrato/Autorização de Fornecimento

10.2. Compete à Contratada:

a) Fazer a entrega dos itens em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência do processo nº 00003068, e de acordo com as melhores técnicas exigidas na legislação pertinente, e conforme prazos estabelecidos no item 5 também do Termo de Referência do processo nº 00003068;
b) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes contratação;
c) Prestar todo e qualquer esclarecimento que se fizer necessário a contratante;
d) Responder diretamente por qualquer prejuízo gerado a contratante ou a terceiros;
e) Apresentar declaração de cumprimento de inexistência no quadro funcional da empresa, de menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, a não ser que seja contratado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854, de 27/10/99), regulamentada pelo Decreto nº 4.358 de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
d) Comportar-se de modo inidôneo;
e) Cometer fraude fiscal;

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
11.2.2. Multa moratória de 0,3% (zero virgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias úteis de atraso, caracterizando inexecução parcial;
11.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
11.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 11.2 desta Ata e na Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
11.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
11.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ADITAMENTOS

13.1. A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da Defensoria Pública do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS

14.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente

envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, 25 de novembro de 2021.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gilmar Alves Batista

CARTÓRIO 3º OFÍCIO

MADE INFORMÁTICA LTDA
Representada por Yuri José Caldeira Teixeira - CPF 101.870.437-01

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO TABELIONATO DE NOTAS DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL
Rua Dr. Eurico de Aguiar, 130-D - Ed. Blue Chip Business Center - Conj. 07-13 - Praia do Canto
CEP: 29.055-280 - Vitória - ES - Tels.: 27 3345-1048 / 3222-6971

Reconheço por semelhança a firma de **YURI JOSE CALDEIRA TEIXEIRA**. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 26/11/2021, 15:13:09.

Deisiany Klippel da Silva - Escrevente
Selo Digital: 023200.WZW2110.04505
Emolumentos: R$ 5,71 Encargos: R$ 1,74 Total: R$ 7,45
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

Cartório do 3º Ofício de Notas
Deisiany Klippel da Silva
ESCREVENTE
VITÓRIA-ES

ANEXO I

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 59/2021, celebrada entre a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** e a empresa LÍDER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA cujos preços estão a seguir registrados por item, em face à realização do Pregão nº 56/2021.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para **contratação de empresa para aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado, tubulação e materiais para instalação** para atender esta Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
01	Aquisição de aparelho de ar condicionado tipo Split Hi-Wall, tensão de alimentação 220V/60Hz, capacidade de refrigeração igual a **9.000** BTU/h, compressor com rotação variável por inverters, aletas de direcionamento de fluxo de ar móveis, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído, eletrônico, selo PROCEL de eficiência energética A, proteção anti-corrosão, garantia mínima de 02 (dois) anos com assistência técnica no Espírito Santo.	Aparelho	Philco/PAC9 000ITFM9W	01	80	R$ 2.238,46	R$ 179.076,80
02	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado de **9.000** BTU/h conforme descrição acima, por	Serviço	Serviço de Instalação	01	80	R$ 169,00	R$ 13.520,00

	profissional, comprovadamente, capacitado, que deverá ser detentor de todas as ferramentas bem como acessórios, tais como andaimes, escadas, equipamentos de proteção entre outros para a prestação do serviço.						
03	Material para instalação para equipamento tipo Split **9.000BTUS**, tais como: tubulação de cobre de até 5 metros, dreno, braçadeira, material de alvenaria para possíveis reparações causadas por danos na instalação, cabos, terminais, buchas, parafusos, material de solda entre outros.	Produto	Eluma/TABULAÇÃO COMPLETO 5M	01	80	R$ 353,64	R$ 28.291,20
04	Suporte para condensadora (unidade externa) em aço, proporcional a equipamento split de **9.000 BTU/h.**	Produto	EOS/SUPORT E high wall 9 a 12 – 40 cm	01	80	R$ 75,66	R$ 6.052,80
05	Aquisição de aparelho de ar condicionado tipo Split Hi-Wall, tensão de alimentação 220V/60Hz, capacidade de refrigeração igual a **12.000** BTU/h, compressor com rotação variável por inverters, aletas de direcionamento de fluxo de ar móveis, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído, eletrônico, selo PROCEL de	Aparelho	Philco/PAC12 0001TFM9W	01	150	R$ 2.358,95	R$ 353.842,50

	eficiência energética A, proteção anti-corrosão, garantia mínima de 02 (dois) anos com assistência técnica no Espírito Santo.						
06	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado de **12.000 BTU/h** conforme descrição acima, por profissional, comprovadamente, capacitado, que deverá ser detentor de todas as ferramentas bem como acessórios, tais como andaimes, escadas, equipamentos de proteção entre outros para a prestação do serviço.	Serviço	Serviço de Instalação	01	150	R$ 168,73	R$ 25.309,50
07	Material para instalação para equipamento tipo Split **12.000BTUS**, tais como: tubulação de cobre de até 5 metros, dreno, braçadeira, material de alvenaria para possíveis reparações causados por danos na instalação, cabos, terminais, buchas, parafusos, material de solda entre outros.	Produto	Eluma/TUBULAÇÃO COMPLETO 5M	01	150	R$ 394,14	R$ 59.121,00
08	Suporte para condensadora (unidade externa) em aço, proporcional a equipamento split de **12.000 BTU/h.**	Produto	EOS/SUPORTE high wall 9 a 12 – 40cm	01	150	R$ 59,27	R$ 8.890,50
09	Aquisição de aparelho de ar condicionado tipo Split Hi-Wall, tensão de alimentação	Aparelho	Philco/PAC18 000IFM9W	01	70	R$ 3.514,11	R$ 245.987,70

	220V/60Hz, capacidade de refrigeração igual a **18.000** BTU/h, compressor com rotação variável por inverters, aletas de direcionamento de fluxo de ar móveis, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído, eletrônico, selo PROCEL de eficiência energética A, proteção anti-corrosão, garantia mínima de 02 (dois) anos com assistência técnica no Espírito Santo.						
10	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado de **18.000 BTU/h** conforme descrição acima, por profissional, comprovadamente, capacitado, que deverá ser detentor de todas as ferramentas bem como acessórios, tais como andaimes, escadas, equipamentos de proteção entre outros para a prestação do serviço.	Serviço	Serviço de Instalação	01	70	R$168,48	R$11.793,60
11	Material para instalação para equipamento tipo Split **18.000BTUS**, tais como: tubulação de cobre de até 5 metros, dreno, braçadeira, material de alvenaria para possíveis reparações causados por danos na instalação, cabos, terminais, buchas,	Produto	Eluma/TUBULAÇÃO COMPLETO 5M	01	70	R$393,53	R$27.547,10

	parafusos, material de solda entre outros.						
12	Suporte para condensadora (unidade externa) em aço, proporcional a equipamento split de **18.000 BTU/h.**	Produto	EOS/SUPORTE hig wall 18 a 27 – 50cm	01	70	R$93,33	R$6.533,10
13	Aquisição de aparelho de ar condicionado tipo Split Hi-Wall, tensão de alimentação 220V/60Hz, capacidade de refrigeração igual a **24.000** BTU/h, compressor com rotação variável por inverters, aletas de direcionamento de fluxo de ar móveis, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído, eletrônico, selo PROCEL de eficiência energética A, proteção anti-corrosão, garantia mínima de 02 (dois) anos com assistência técnica no Espírito Santo.	Aparelho	Philco/PAC24 000IFM9W	01	100	R$4.609,00	R$460.900,00
14	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado de **24.000 BTU/h** conforme descrição acima, por profissional, comprovadamente, capacitado, que deverá ser detentor de todas as ferramentas bem como acessórios, tais como andaimes, escadas, equipamentos de proteção entre outros para a prestação do serviço.	Serviço	Serviço de Instalação	01	100	R$213,70	R$21.370,00

15	Material para instalação para equipamento tipo Split **24.000BTUS**, tais como: tubulação de cobre de até 5 metros, dreno, braçadeira, material de alvenaria para possíveis reparações causados por danos na instalação, cabos, terminais, buchas, parafusos, material de solda entre outros.	Produto	Eluma/TUBULAÇÃO COMPLETO 5M	01	100	R$515,35	R$51.535,00
16	Suporte para condensadora (unidade externa) em aço, proporcional a equipamento split de **24.000 BTU/h.**	Produto	EOS/SUPORTE high wall 18 a 27 – 50cm	01	100	R$65,81	R$6.581,00
17	Aquisição de aparelho de ar condicionado tipo Split piso teto, tensão de alimentação 220V/60Hz, capacidade de refrigeração igual a **36.000** BTU/h, compressor com rotação variável por inverters, aletas de direcionamento de fluxo de ar móveis, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído, eletrônico, selo PROCEL de eficiência energética no mínimo B, proteção anti-corrosão, garantia mínima de 02 (dois) anos com assistência técnica no Espírito Santo.	Aparelho	Elgin/Piso teto inverter 36000 btus	01	10	R$11.920,28	R$119.202,80
18	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado de **36.000 BTU/h** conforme descrição	Serviço	Serviço de Instalação	01	10	R$288,98	R$2.889,80

	acima, por profissional, comprovadamente, capacitado, que deverá ser detentor de todas as ferramentas bem como acessórios, tais como andaimes, escadas, equipamentos de proteção entre outros para a prestação do serviço.						
19	Material para instalação para equipamento tipo Split **36.000BTUS**, tais como: tubulação de cobre de até 5 metros, dreno, braçadeira, material de alvenaria para possíveis reparações causados por danos na instalação, cabos, terminais, buchas, parafusos, material de solda entre outros.	Produto	Eluma/TABULAÇÃO COMPLETO 5M	01	10	R$543,52	R$5.435,20
20	Suporte para condensadora (unidade externa) em aço, proporcional a equipamento split de **36.000 BTU/h.**	Produto	EOS/SUPORTE	01	10	R$199,18	R$1.991,80
21	Aquisição de aparelho de ar condicionado tipo Split piso teto, tensão de alimentação 220V/60Hz, capacidade de refrigeração entre **54.000 a 60.000** BTU/h, compressor com rotação variável por inverters, aletas de direcionamento de fluxo de ar móveis, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído, eletrônico,	Aparelho	Elgin/PVF 60000 Piso Teto inverter	01	10	R$16.600,00	R$166.000,00

	selo PROCEL de eficiência energética no mínimo C, proteção anti-corrosão, garantia mínima de 02 (dois) anos com assistência técnica no Espírito Santo.						
22	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado de **54.000 a 60.000 BTU/h** conforme descrição acima, por profissional, comprovadamente, capacitado, que deverá ser detentor de todas as ferramentas bem como acessórios, tais como andaimes, escadas, equipamentos de proteção entre outros para a prestação do serviço.	Serviço	Serviço de Instalação	01	10	R$282,22	R$2.892,20
23	Material para instalação para equipamento tipo Split **54.000 a 60.000BTUS**, tais como: tubulação de cobre de até 5 metros, dreno, braçadeira, material de alvenaria para possíveis reparações causados por danos na instalação, cabos, terminais, buchas, parafusos, material de solda entre outros.	Produto	Eluma/TUBULAÇÃO COMPLETO 5M	01	10	R$544,01	R$5.440,10
24	Suporte para condensadora (unidade externa) em aço, proporcional a equipamento split de **54.000 a 60.000 BTU/h.**	Produto	EOS/SUPORTE	01	10	R$273,33	R$2.733,30

25	Aquisição de aparelho de ar condicionado tipo janela, tensão de alimentação 220V/60Hz, capacidade de refrigeração igual a **10.000 BTU/h**, aletas de direcionamento de fluxo de ar móveis, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído, eletrônico, selo PROCEL de eficiência energética A, proteção anti-corrosão, garantia mínima de 02 (dois) anos com assistência técnica no Espírito Santo.	Produto	Consul/CCN 1OEB	01	10	R$2.309,50	R$23.095,00
26	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado de **10.000 BTU/h** conforme descrição acima, por profissional, comprovadamente, capacitado, que deverá ser detentor de todas as ferramentas bem como acessórios, tais como andaimes, escadas, equipamentos de proteção entre outros para a prestação do serviço.	Produto	Serviço de Instalação	01	10	R$80,30	R$803,00
27	Material para instalação para equipamento tipo Janela, tensão de alimentação 220V/60Hz, capacidade de refrigeração igual a **10.000 BTU/h** tais como: tubulação de	Produto	Materiais para Instalação	01	10	R$68,90	R$689,00

	cobre de até 5 metros, dreno, material de alvenaria para possíveis reparações causados por danos na instalação, cabos, terminais, buchas, parafusos, material de solda entre outros.						
VALOR TOTAL: 1.837.524,00 (um milhão, oitocentos e trinta e sete mil, quinhentos e vinte e quatro reais).							

LOTE 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
01	**Aquisição de Cortina ar-condicionado contendo as especificações mínimas:** Cortina de ar 90 cm – 220 volts (V); Nível de ruído 57/53 (Dba); Vazão de ar mínima de 1520 (m3/h); Número de velocidades: mínimo 2; potência mínima 150 (W); Motores de alto desempenho; protege contra odores, poeira, fumaça, e insetos; Controle remeto; Garantia de 1 ano.	Aparelho	Philco/PCA 3009M	01	20	R$839,03	R$16.780,60
02	**Aquisição de Cortina ar-condicionado contendo as especificações mínimas:** Cortina de ar 120 cm – 220 volts (V); Nível de ruído 57/53 (Dba); Vazão de ar mínima de 1520 (m3/h); Número de	Aparelho	Philco/PCA 3012M	01	30	R$1.055,19	R$31.655,70

	velocidades: mínimo 2; potencia mínima 150 (W); Motores de alto desempenho; Protege contra odores, poeira, fumaça, e insetos; Controle remeto; Garantia de 1 ano.						
03	**Aquisição de Cortina ar-condicionado contendo as especificações mínimas:** Cortina de ar 150 cm – 220 volts (V); Nível de ruído 57/53 (Dba); Vazão de ar mínima de 1520 (m3/h); Número de velocidades: mínimo 2; potencia mínima 150 (W); Motores de alto desempenho; Protege contra odores, poeira, fumaça, e insetos; Controle remeto; Garantia de 1 ano.	Aparelho	Philco/PCA3015M	01	30	R$1.230,25	R$36.907,50
04	Serviço de instalação de cortina de ar-condicionado conforme descrição acima, por profissional, comprovadamente, capacitado com fornecimento de todos os materiais necessários inclusive materiais de alvenaria para acerto de possíveis danos provocados na estrutura onde fora realizada a instalação.	Serviço	Instalação	01	80	R$167,44	R$13.395,20
VALOR TOTAL: R$98.739,00 (noventa e oito mil, setecentos e trinta e nove reais).							

LOTE 03

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
01	Fornecimento de Tubulação Frigorígena de cobre, para aparelhos de ar condicionado de 9.000 Btus.	Metro Linear	Eluma/TUBULAÇA COMPLETA (O METRO)	01	90	R$126,30	R$11.367,00
02	Fornecimento de Tubulação Frigorígena de cobre, para aparelhos de ar condicionado de 12.000 Btus.	Metro Linear	Eluma/TUBULAÇA COMPLETA (O METRO)	01	160	R$133,34	R$21.334,40
03	Fornecimento de Tubulação Frigorígena de cobre, para aparelhos de ar condicionado de 10.000 Btus.	Metro Linear	Eluma/TUBULAÇA COMPLETA (O METRO)	01	30	R$133,45	R$4.003,50
04	Fornecimento de Tubulação Frigorígena de cobre, para aparelhos de ar condicionado de 18.000 Btus.	Metro Linear	Eluma/TUBULAÇA COMPLETA (O METRO)	01	80	R$133,12	R$10.649,60
05	Fornecimento de Tubulação Frigorígena de cobre, para aparelhos de ar condicionado de 24.000 Btus.	Metro Linear	Eluma/TUBULAÇA COMPLETA (O METRO)	01	110	R$156,28	R$17.190,80
06	Fornecimento de Tubulação Frigorígena de cobre, para aparelhos de ar condicionado de 36.000 Btus.	Metro Linear	Eluma/TUBULAÇA COMPLETA (O METRO)	01	130	R$163,15	R$21.209,50
07	Fornecimento de Tubulação Frigorígena de cobre, para aparelhos de ar	Metro Linear	Eluma/TUBULAÇA	01	40	R$162,90	R$6.516,00

	condicionado de 58.000 Btus.		COMPLETA (O METRO)				
08	Fornecimento de Tubulação Frigorígena de cobre, para aparelhos de ar condicionado de 60.000 Btus.	Metro Linear	Eluma/TUBULAÇA COMPLETA (O METRO)	01	40	R$163,00	R$6.520,00
VALOR TOTAL: R$98.790,80 (noventa e oito mil, setecentos e noventa reais e oitenta centavos).							